

HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF. EDGARD SANTOS

Estudo Técnico Preliminar 680/2024**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23534.018000/2023-38

2. Descrição da necessidade

Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de consultoria presencial em física médica de radiodiagnóstico, contemplando a realização de testes de controle de qualidade de equipamentos, levantamento radiométrico e medição de radiação de fuga, para o Complexo Hospitalar Universitário Prof. Edgard Santos (HUPES) da Universidade Federal da Bahia (HUPES/ UFBA), unidade hospitalar da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	14524	Levantamento Radiométrico e Medição da Radiação de Fuga em equipamento de raios X fixo	Unidade	2
2	14524	Levantamento Radiométrico e Medição da Radiação de Fuga em equipamento de raios X com fluoroscopia	Unidade	1
3	14524	Levantamento Radiométrico em equipamento de tomografia computadorizada	Unidade	1
4	14524	Levantamento Radiométrico em equipamento de densitometria óssea	Unidade	1
5	14524	Levantamento Radiométrico e Medição da Radiação de Fuga em equipamento de mamografia	Unidade	1
6	14524	Medição da Radiação de Fuga e Avaliação da Radiação Espalhada em equipamento de raios X móvel	Unidade	5
7	14524	Medição da Radiação de Fuga e Avaliação da Radiação Espalhada em equipamento de fluoroscopia móvel (Arco em C)	Unidade	3

8	14524	Controle de Qualidade em equipamento de raios X fixo	Unidade	2
9	14524	Controle de Qualidade em equipamento de raios X com fluoroscopia	Unidade	4
10	14524	Controle de Qualidade em equipamento de raios X móvel	Unidade	5
11	14524	Controle de Qualidade em equipamento de mamografia	Unidade	1
12	14524	Controle de Qualidade em equipamento de tomografia computadorizada	Unidade	1
13	14524	Controle de Qualidade em equipamento de fluoroscopia móvel (Arco em C)	Unidade	3
14	14524	Controle de Qualidade em equipamento de ressonância magnética	Unidade	1
15	14524	Controle de Qualidade em equipamento de ultrassonografia	Unidade	16
16	14524	Controle de qualidade em equipamento de radiografia computadorizada (CR)	Unidade	1
17	14524	Controle de qualidade dos monitores para visualização de imagens radiológicas	Unidade	18
18	14524	Controle de qualidade de negatoscópios para visualização de imagens radiológicas (1 corpo)	Unidade	26
19	14524	Controle de qualidade de negatoscópios para visualização de imagens radiológicas (2 corpos)	Unidade	17
20	14524	Controle de qualidade de negatoscópios para visualização de imagens radiológicas (3 corpos)	Unidade	7

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE, SOLUÇÃO DO PROBLEMA E ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO.

Para atender aos normativos vigentes e, primordialmente, **salvaguardar o interesse público**, garantindo a excelência e a segurança na assistência à saúde oferecida pelo Hospital, faz-se crucial a contratação de uma empresa especializada em avaliação de qualidade de equipamentos de diagnóstico por imagem. Esta necessidade se alinha ao Art. 28, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH (RLCE 2.0).

Os serviços, essenciais para o diagnóstico preciso e seguro dos pacientes (adultos e pediátricos, incluindo usuários SUS), envolvem:

- Avaliação da qualidade dos equipamentos de diagnóstico por imagem.
- Verificação de blindagem (levantamentoradiométrico).
- Análise da radiação de fuga.

Essas avaliações são mandatórias e periódicas, conforme a RDC 611/2022 e INs nº 90 a 97/2021. Elas asseguram que os equipamentos operem com a menor dose de radiação possível, fornecendo informações diagnósticas otimizadas, o que se traduz diretamente em **melhor qualidade de vida e segurança para a população atendida**.

A realização desses testes é um requisito legal, e a documentação é auditada pela vigilância sanitária. Atualmente, o Setor de Engenharia Clínica e as Unidades de Radiologia Diagnóstica e Intervencionista do Hospital não possuem os profissionais capacitados nem os equipamentos específicos necessários para executar tais avaliações.

O levantamento radiométrico é exigido periodicamente e também após manutenções preventivas ou corretivas nos equipamentos radiológicos. Sem esses serviços especializados, a qualidade do apoio diagnóstico e a assistência à saúde oferecida pelo Hospital seriam seriamente comprometidas, **impactando negativamente o acesso da população a serviços essenciais e seguros de diagnóstico por imagem**.

Portanto, é indispensável a abertura de um processo licitatório para a contratação de uma pessoa jurídica especializada na prestação desses serviços, visando o atendimento irrestrito ao interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Comissão de Proteção Radiológica	Marcos Antônio Dórea Machado

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa contratada deve estar legalmente autorizada para prestar os serviços e emitir certificado de levantamento radiométrico, avaliação da radiação de fuga e controle de qualidade nos equipamentos elencados abaixo:

Identificador (Patrimônio, ID, TAG)	Número de Série	Tipo	Marca	Modelo	Orgão	Testes	Quantidade
02-02-00-2-USOM002-338452-1015490-PROP	6076483WX0	ULTRASSOM	GE HEALTHCARE	LOGIQ P-5	UNIDADE DE RPA E ANESTESIOLOGIA	CQ	1
02-02-00-2-USOM003-324581-796576-PROP	LP6175077SU7	ULTRASSOM	GE HEALTHCARE	LOGIQ P-6	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM004-324579-796577-PROP	LP6174978SU7	ULTRASSOM	GE HEALTHCARE	LOGIQ P-6	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM006-22732210-SPU-EMP	CN8-15001505	ULTRASSOM	MIND RAY	DC-60	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM006-328200-991713-PROP	BZ716D0761	ULTRASSOM	PHILIPS	AFFINITY-50	ECOCARDIOGRAMA	CQ	1
02-02-00-2-USOM007-22732209-SPU-EMP	CN8-15001498	ULTRASSOM	MIND RAY	DC-60	ECOCARDIOGRAMA	CQ	1
02-02-00-2-USOM007-337220-1018381-PROP	VIQ631101WX0	ULTRASSOM PORTATIL	GE HEALTHCARE	VIVID IQ	ECOCARDIOGRAMA	CQ	1
02-02-00-2-USOM011-SPE-SPU-PROP	BZ122F0528	ULTRASSOM	PHILIPS	AFFINITY-70	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM012-SPE-SPU-PROP	BZ122F0462	ULTRASSOM	PHILIPS	AFFINITY-70	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM013-SPE-SPU-PROP	BZ122F0468	ULTRASSOM	PHILIPS	AFFINITY-70	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM014-SPE-SPU-PROP	PAA95008489	ULTRASSOM PORTATIL	MIND RAY	M-6	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM015-SPE-SPU-PROP	US222B0192	ULTRASSOM	PHILIPS	EPIQ CVX	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1

A contratação em tela requer que a empresa contratada mantenha em seu quadro de profissionais técnicos capacitados e aptos a conduzir os serviços, além de possuir responsável técnico, legalmente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao objeto a ser contratado.

O executor do serviço deve ser o **físico especialista em radiodiagnóstico certificado pela Associação Brasileira de Física Médica ou com certificado de residência em órgãos registrados no MEC**, com cadastro na Vigilância Sanitária da Bahia (VISA/DVSS/BA).

Os testes serão realizados de **modo periódico** garantindo medidas de controle de qualidade por equipamento, com frequência mínima semestral, atendendo a legislação sanitária e a segurança radiológica.

Cada avaliação de **Controle de Qualidade e/ou Levantamento Radiométrico** deve cobrir o serviço de nova visita para Reavaliação, caso algum parâmetro avaliado esteja fora dos valores aceitáveis pela norma nacional ou, na falta deste, recomendação internacional, após a manutenção corretiva.

A instrumentação utilizada deve estar com calibração válida, com certificado emitido por laboratório devidamente cadastrado na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

A falta de uma ou mais avaliações listadas nas Instruções Normativas (INs) nos Testes de Controle de Qualidade será considerada como pendência do serviço e o pagamento somente será autorizado mediante à finalização das avaliações faltantes.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

De acordo com o art. 5º do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

"Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

- I. disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- II. mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III. utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- IV. avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
- V. proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela EBSEH;
- VI. acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;"

Os serviços de coleta, análises físico-química e bacteriológica da água e análise da qualidade do ar interior apresentam os possíveis impactos ambientais:

a) Positivo: Melhoria da qualidade da água: o controle de qualidade da água resulta em garantir água de qualidade durante o uso nas atividades Institucionais e, por consequência, assegura que não há contaminação no descarte da água utilizada.

b) Negativo: Descarte de produtos - reagentes - de maneira inadequada: O uso de reagentes para execução das análises da água e do ar deve ter o seu descarte apropriado e adequado para impedir a contaminação do meio ambiente, ou ainda, ser utilizados produtos reagentes biodegradáveis

5. Motivação da Contratação

Considerando a essencialidade dos serviços definidos no item 2 devido à necessidade de avaliação da qualidade dos equipamentos de diagnóstico por imagem e, quando necessário, verificação da blindagem (levantamento radiométrico) e da radiação de fuga;

Considerando que há uma periodicidade para a avaliação de parâmetros de qualidade, medição de dose e otimização de protocolos, em conformidade com a RDC 611 de 09 de março de 2022, e IN nºs 90 a 97, de 27 de maio de 2021;

Considerando que a avaliação da qualidade dos equipamentos é essencial para garantir que o paciente tenha a melhor informação para o diagnóstico com menor dose de radiação;

Considerando que a avaliação assegura que os parâmetros de funcionamento do equipamento estejam em plenas condições de uso;

Considerando que os testes são exigidos por lei e a documentação é auditada pela vigilância sanitária local;

Considerando que para avaliar a qualidade dos equipamentos, realizar o levantamento radiométrico e a avaliar a radiação de fuga é necessário profissional capacitado e um conjunto de equipamentos específicos que o Setor de Engenharia Clínica e as Unidades de Radiologia Diagnóstica e Intervencionista não dispõem;

Considerando que o levantamento radiométrico dos equipamentos radiológicos do Hospital é necessário periodicamente e quando da realização de manutenção preventiva ou corretiva nos equipamentos;

Considerando que os equipamentos de imagem por raios-X são utilizados para apoio diagnóstico aos serviços médicos do Hospital e atendimento ao usuário SUS (adultos e pediátricos), sem os quais a assistência à saúde fica comprometida;

Considerando que o HUPES não possui equipamentos e pessoal habilitados para realização dos procedimentos de controle de qualidade em radiodiagnóstico de modo a cumprir com legislação sanitária vigente.

Faz-se necessário a realização de processo de licitação para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços em tela.

6. Levantamento de Mercado

Foi realizada de modo prévio pesquisa de preços com outros órgãos públicos, pesquisa no painel de preços e banco de preços buscados atas realizadas com o mesmo objeto, pois o HUPES não tinha contratações anteriores.

A área da EPC realizou consulta a outros Hospitais e encontrou como processo de base para elaboração o realizado pelo Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, de número SEI 23765.007973/2024-17.

A motivação para a escolha é que o HUPES não possui equipamentos e pessoal habilitados para realização dos procedimentos de controle de qualidade em radiodiagnóstico de modo a cumprir com legislação sanitária vigente.

É necessário realizar medidas de controle de qualidade por equipamento, no mínimo, uma vez por semestre. A não realização implicará em irregularidades sanitárias e riscos radiológicos para os pacientes/contribuintes e demais trabalhadores da área de saúde. Logo, o serviço é continuado, conforme legislação vigente, pois a sua interrupção ou fragmentação implicará em prejuízos para administração.

7. Descrição da solução como um todo

Para execução completa da solução a empresa contratada produzirá os seguintes resultados e atenderá as seguintes cláusulas contratuais.

A prestação do serviço deverá atender, no mínimo, a seguinte instrumentação:

Da instrumentação mínima.

Levantamento radiométrico (LR).

Meio espalhador:

Radiologia e fluoroscopia: Simulador de material com propriedades de atenuação equivalente à da água e espessura variável: Lâminas de PMMA de 1 cm de espessura em quantidade suficiente para no mínimo alcançar 20 cm.

Mamografia: Simulador com dimensões aproximadas à de uma mama grande

Tomografia Computadorizada: Fantoma dosimétrico de 32 cm de diâmetro.

Câmara de ionização de 1800 cm³ para avaliação de radiação secundária transmitida ou detector específico para medição de radiação secundária transmitida.

Câmara de ionização de 180 cm³ para avaliação primária transmitida.

Controle de qualidade (CQ) em radiologia convencional.

Câmara de ionização de 6 cm³ ou detector de estado sólido adequados para medições em feixe direto na faixa energética de 40 a 150 keV.

Medidor não invasivo de tensão (faixa de medição de 40 kV a 150 kV, exatidão de ± 1 kV, reprodutibilidade de ± 1 %).

Medidor de tempo de exposição (faixa de medição de 1 ms a 5 s, exatidão ±5%, reprodutibilidade ± 1%).

Lâminas de alumínio (mínimo 4) de alta pureza (superior a 99,5%), de 1 mm de espessura.

Dispositivo para avaliação da colimação. - Dispositivo para avaliação do alinhamento do tubo de raios X.

Lâminas de PMMA para simulação de pacientes para avaliação do controle automático de exposição.

Dispositivo próprio para avaliação da resolução de baixo contraste em radiografia.

Dispositivo próprio para avaliação da resolução espacial em radiografia.

Dispositivo para avaliação de MTF.

Dispositivo para avaliação da uniformidade da imagem.

Trena, nível.

Controle de qualidade (CQ) em fluoroscopia.

Câmara de ionização de 6 cm³ ou detector de estado sólido adequados para medições em feixe direto na faixa energética de 40 a 150 keV.

Câmara de ionização de 60 cm³ ou detector de estado sólido adequados para medições em feixe direto na faixa energética de 40 a 150 keV, medida de dose, taxa de dose, tempo de exposição, duração de pulsos, n° de pulso, dose por pulso.

Medidor não invasivo de tensão (faixa de medição de 40 kV a 150 kV, exatidão de ± 1 kV, reprodutibilidade de ± 1 %).

Medidor de tempo de exposição (faixa de medição de 1 ms a 5 s, exatidão $\pm 5\%$, reprodutibilidade $\pm 1\%$).

Lâminas de alumínio (mínimo 4) de alta pureza (superior a 99,5%), de 1 mm de espessura.

Dispositivo para avaliação do alinhamento do tubo de raios X.

Lâminas de PMMA ou cobre para simulação de pacientes para avaliação do controle automático de exposição e de brilho.

Lâminas de chumbo com dimensões adequadas para cobrir o detector de imagem.

Dispositivo próprio para avaliação da resolução de baixo contraste em fluoroscopia.

Dispositivo próprio para avaliação da resolução espacial fluoroscopia.

Ferramenta adequada para ensaios em subtração digital.

Dispositivo para avaliação do tamanho de ponto focal.

Trena, nível.

Controle de qualidade (CQ) em mamografia.

Câmara de ionização de 6 cm³ ou detector de estado sólido adequados para medições em feixe direto na faixa energética de 20 a 40 keV.

Medidor não invasivo de tensão (faixa de medição de 20 kV a 40 kV, exatidão de ± 1 kV, reprodutibilidade de ± 1 %).

Medidor de tempo de exposição (faixa de medição de 1 ms a 5 s, exatidão $\pm 5\%$, reprodutibilidade $\pm 1\%$). - Lâminas de alumínio (mínimo 4) de alta pureza (superior a 99,5%), de 0,1 mm de espessura.

Lâminas de PMMA para simulação de mamas para avaliação do controle automático de exposição em quantidade e espessuras suficientes para alcançar no mínimo 4,5 cm.

Dispositivos para avaliação da colimação.

Dispositivo para avaliação da uniformidade da imagem.

Dispositivo para avaliação do tamanho de ponto focal.

Fotômetro com capacidade de medições em nit com faixa de medição mínima na faixa de 0 – 3500 nit.

Balança ou dinamômetro que compreenda o intervalo entre 5 – 30 kgf.

Espuma de densidade D33 ou maior.

Simulador de avaliação da qualidade da imagem. Características mínimas equivalentes ao simulador padrão Colégio Americano de Radiologia ACR.

Padrão de barras em chumbo: com espessura compreendida entre 50–100 μ m e conter grupos de pares de linhas menor ou igual a 8 pl/mm.

Ferramenta de ensaio contraste-detelhe com objetos de baixo contraste.

Controle de qualidade (CQ) em tomografia computadorizada.

Câmara de ionização do tipo lápis em conjunto com o eletrômetro permitem avaliar o tempo de exposição/rotação.

Largura do feixe.

Angulação do Gantry.

Simuladores apropriados com certificação, minimamente os simuladores fornecidos pelos fabricantes.

Simulador para avaliação quantitativa de espessura de corte e espaçamento entre cortes.

Simulador próprio para avaliação de resolução de baixo contraste em tomografia computadorizada.

Simulador próprio para avaliação de resolução espacial em tomografia computadorizada.

Simulador próprio para avaliação da exatidão do número CT.

Simulador próprio para avaliação da reprodutibilidade do número CT.

Fantoma dosimétrico de PMMA de 32 cm de diâmetro para avaliação de índice de dose no corpo.

Fantoma dosimétrico de PMMA de 16 cm de diâmetro para avaliação de índice de dose no crânio.

Controle de qualidade (CQ) em radiografia computadorizada.

Lâmina de cobre com 0,5 mm de espessura (3 unidades) ou uma lâmina de cobre com 0,5 mm de espessura e uma lâmina de cobre com 1,0 mm de espessura.

Lâmina de alumínio com 1,0 mm de espessura (ou 2 Lâminas com 0,5 mm).

Câmara de ionização de 6 cm³ ou detector de estado sólido.

Controle de qualidade em ressonância magnética:

Fantoma para avaliação de parâmetros de qualidade da imagem: distorção geométrica, resolução espacial, espessura de corte, espaçamento entre cortes, uniformidade da imagem, artefato de ghost, resolução de baixo contraste.

Controle de qualidade (CQ) em ultrassonografia.

Fantoma para avaliação de parâmetros de qualidade da imagem: Zona morta, Distância horizontal, Distância vertical, Profundidade de penetração, Uniformidade da imagem, Resolução axial-lateral, Resolução de massa, Resolução de contraste, Elasticidade da imagem

Controle de qualidade (CQ) em monitor de visualização de imagens radiológicas

1. medição da luminância máxima
2. razão de luminância
3. medição de iluminância

Controle de qualidade (CQ) em negatoscópio de visualização de imagens radiológicas

1. medição da luminância
2. teste de uniformidade de luminância

Deverão ser realizados os teste e levantamentos observando a seguinte periodicidade.

Levantamento Radiométrico (LR): deve ser realizado com a referida periodicidade, cumprindo a RDC 611/2022 e Instruções Normativas.

Teste de Radiação de Fuga (RF): deve ser realizado com a referida periodicidade, cumprindo a RDC 611/2022 e Instruções Normativas.

Teste de Controle de Qualidade (CQ): deve ser realizado com as referidas periodicidades, cumprindo a RDC 611/2022 e Instruções Normativas.

Para realização dos testes e levantamentos deverão ser observadas as seguintes diretrizes.

Levantamento radiométrico (LR).

Será feito nas salas de Raios X, Tomografia Computadorizada e Mamografia.

Deve ser realizado na instalação do equipamento, após a realização das modificações autorizadas, quando ocorrer mudança na carga de trabalho semanal ou na característica ou ocupação das áreas circunvizinhas e quando decorrer 4 anos desde a realização do último levantamento.

A medição deverá ser feita, no mínimo, a cada 1 m ao longo da barreira, com o medidor a 20 cm de distância da barreira.

Para fins de planejamento de barreiras físicas de uma instalação e para verificação de adequação dos níveis de radiação em levantamentos radiométricos, os seguintes níveis de equivalente de dose ambiente devem ser adotados como restrição de dose:

5 mSv/ano em áreas controladas;

0,5 mSv/ano em áreas livres.

Teste de Radiação de Fuga (RF).

Será feito nos equipamentos de raios X fixos e móveis.

Deve ser realizado na instalação do equipamento, após modificações e reformas na cúpula do equipamento, troca do tubo de raios x ou a cada 4 anos.

A blindagem no cabeçote deve ser suficiente de modo a garantir um nível mínimo de radiação de fuga, restringida a uma taxa de kerma no ar de 1 mGy/h a um metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga. Este mesmo requisito se aplica à radiação de fuga por meio do sistema de colimação.

Avaliação da Radiação Espalhada (RE).

Será feito nos equipamentos de raios X móveis.

Deve ser realizado junto com a avaliação de radiação de fuga ou controle de qualidade.

Deverá medir a radiação espalhada a 1 e 2 metros do meio espalhador em ângulo de 0° e 90°.

Controle de qualidade (CQ).

Seguir as recomendações mínimas de testes, reportando os resultados, com os valores medidos quando cabível, indicando a Tolerância e Nível de Restrição estipulados na norma RDC 611/ 2022.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	14524	Levantamento Radiométrico e Medição da Radiação de Fuga em equipamento de raios X fixo	Unidade	2
2	14524	Levantamento Radiométrico e Medição da Radiação de Fuga em equipamento de raios X com fluoroscopia	Unidade	1
3	14524	Levantamento Radiométrico em equipamento de tomografia computadorizada	Unidade	1
4	14524	Levantamento Radiométrico em equipamento de densitometria óssea	Unidade	1
5	14524	Levantamento Radiométrico e Medição da Radiação de Fuga em equipamento de mamografia	Unidade	1
		Medição da Radiação de Fuga e Avaliação da Radiação		

6	14524	Espalhada em equipamento de raios X móvel	Unidade	5
7	14524	Medição da Radiação de Fuga e Avaliação da Radiação Espalhada em equipamento de fluoroscopia móvel (Arco em C)	Unidade	3
8	14524	Controle de Qualidade em equipamento de raios X fixo	Unidade	2
9	14524	Controle de Qualidade em equipamento de raios X com fluoroscopia	Unidade	4
10	14524	Controle de Qualidade em equipamento de raios X móvel	Unidade	5
11	14524	Controle de Qualidade em equipamento de mamografia	Unidade	1
12	14524	Controle de Qualidade em equipamento de tomografia computadorizada	Unidade	1
13	14524	Controle de Qualidade em equipamento de fluoroscopia móvel (Arco em C)	Unidade	3
14	14524	Controle de Qualidade em equipamento de ressonância magnética	Unidade	1
15	14524	Controle de Qualidade em equipamento de ultrassonografia	Unidade	16
16	14524	Controle de qualidade em equipamento de radiografia computadorizada (CR)	Unidade	1
17	14524	Controle de qualidade dos monitores para visualização de imagens radiológicas	Unidade	18
18	14524	Controle de qualidade de negatoscópios para visualização de imagens radiológicas (1 corpo)	Unidade	26
19	14524	Controle de qualidade de negatoscópios para visualização de imagens radiológicas (2 corpos)	Unidade	17
		Controle de qualidade de negatoscópios para visualização		

20	14524	de imagens radiológicas (3 corpos)	Unidade	7
----	-------	------------------------------------	---------	---

A estimativa da quantidade necessária para a execução do serviço foi definida pela área técnica com base em análise criteriosa da demanda atual, parâmetros técnicos, projeções operacionais e histórico de consumo. Como o HUPES não possui registro prévio de contratações para este objeto, foram utilizados como referência estudos comparativos com processos similares conduzidos por outros hospitais da Rede Ebserh, especialmente o **Processo SEI nº 23765.007973/2024-17 (HU-UFJF)**. Essa abordagem metodológica assegura fundamentação técnica robusta, alinhada às melhores práticas administrativas e à eficiência na alocação de recursos públicos.

9. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Processo preparatório. Valor sigiloso]

Valor (R\$): [REDACTED]

Contrato continuado tem o valor total R\$ *****

O valor estimado desta contratação é sigiloso, nos termos do art. 7º do RLCE 2.0, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Parcelamento ou não da solução: A equipe de planejamento de contratação, após reunião na Unidade de Compras e Licitações, constatou a viabilidade da contratação dos itens 1 ao 20 na lógica de GRUPO, funcionando como item único. Este método visa racionalizar custo na gestão do contrato, evitando que itens adquiridos de forma individual gerem dificuldades logísticas para fornecedores diversos, potencializando a não entrega do objeto contratado e não viabilizando a padronização da execução do serviço, como também dificuldades na gestão de fiscalização do contrato.

Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto da contratação, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a execução integral do objeto, conforme as disposições previstas no edital e na legislação aplicável.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Como consta supracitado tópico foi verificado contratações semelhantes com outros órgãos, além de pesquisa realizada com empresas especializadas.

Foi utilizado como referência, com as devidas modificações, a o Termo de referência da contratação anterior realizada pelo HUPES, de modo a evita erros, e redimensionar quando necessário, os critérios de contratação, de aquisição, e quantidade demandada pelo serviço.

Como no HUPES não existe contrato anterior ao objeto solicitado, a EPC utilizou como referência os dado de contratação processo SEI 23765.007973 /2024-17 do HU- UFJF (Hospital Universitário Da Universidade Federal De Juiz De Fora).

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está vinculada à política pública de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da prestação de serviços de saúde à Rede de Atenção à Saúde do Município de Salvador.

13. Da alteração subjetiva

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. Do local de execução dos serviços

Os serviços serão prestados no Hospital Universitário Professor Edgard Santos, situado à R. Augusto Viana, s/n, Canela, CEP 41110-060, Salvador - BA

15. Da Utilização do SRP

Conforme o art. 89 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), o Sistema de Registro de Preços (SRP) reger-se-á por decreto do Poder Executivo. Assim, será adotado, no que couber, o Decreto nº. 11.462/23.

Conforme art. 3º do Decreto nº. 11.462/23, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- a. Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- b. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- c. Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- d. Quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- e. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Como vantagens para a utilização do Sistema de Registro de Preços, temos:

- a. A Administração não se obriga a contratar todo o quantitativo previsto na licitação e registrado em Ata;
- b. Possibilidade de definir quantitativo a maior, além da sua real estimativa nos casos de objetos de difícil previsibilidade, cuja previsão pode ser frustrada por uma série de fatores variáveis que não são controlados pela Administração;
- c. Flexibilidade e parcelamento das contratações da solução;
- d. Controle eficaz dos estoques.

Analisando as vantagens do SRP e entendendo como possível seu enquadramento legal, a Equipe de Planejamento da Contratação indica pela realização do processo licitatório para a contratação da solução através da utilização do Sistema de Registro de Preços, conforme inciso II do art. 125 do RLCE 2.0.

Em consonância com o Decreto nº 11.462/2023, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

A Equipe optou por permitir a adesão por entender que é uma alternativa de compra para a Administração Pública. No caso da Ebserh, considerando a peculiaridade de objetos que envolvem o desenvolvimento das atividades hospitalares, bem como a busca pela mitigação de riscos no possível desabastecimento de determinado insumo ou medicamento, no fracasso de processos de aquisição, nas rescisões contratuais e no sancionamento de contratados, a previsão da adesão em atas, possibilita, respeitados os requisitos para a adesão, a continuidade da atividade fim.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Há benefícios diretos e indiretos vislumbrados com a contratação pretendida, com melhor aproveitamento de:

- *Recursos humanos:* a contratação viabilizará a utilização dos recursos humanos contratados através de concurso público (médicos , enfermeiros e técnicos e enfermagem). Além de possibilitar a melhoria de programas de residência Médica.
- Melhoria da qualidade nos serviços oferecidos à sociedade: a manutenção corretiva e restabelecimento das condições de funcionamento do equipamento em tela oferecerão maior segurança e efetividade no diagnóstico Médico.
- Avaliação da qualidade dos equipamentos de diagnósticos por imagem, cumprindo a legislação nacional vigente;
- Execução do serviço de levantamento radiométrico e avaliação de radiação de fuga;
- Garantir a eficiência diagnóstica dos equipamentos de imagem;
- Contribuir para o aumento da vida útil do equipamento, pela detecção de problemas de funcionamento no início;
- Garantir a segurança em proteção radiológica dos pacientes e trabalhadores do HUPES/ UFBA;
- Avaliar a eficiência de manutenção preventiva e corretiva, testando a qualidade do equipamento após reparos.

17. Providências a serem Adotadas

Encaminhamento para a Gerência Administrativa, formalização do contrato, emissão de empenho, emissão de portaria de fiscalização.

18. Possíveis Impactos Ambientais

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, tendo como referência o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 7ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2024 nos seguintes aspectos:

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Proteger à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;

Adotar práticas de redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Observar a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 258/2005 – CONAMA e Resolução RDC nº 222/2018 da Anvisa);

Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012;

Adotar boas práticas em processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa);

Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.

19. Das obrigações da contratante

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada;

Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

Cientificar o Setor Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado de preferência estabelecida por Lei.

20. Das obrigações da contratada

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à Ebserh, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

Comunicar ao Gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento, em prazo à ser fixado pelo Gestor do Contrato e/ou Fiscal Técnico.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum evento caracterizado pelo art. 103 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Manter todos os dados cadastrais atualizados, em especial, telefone e endereço eletrônico, bem como os dados do Representante Legal com poderes para assumir responsabilidades, firmar acordos e compromissos e assinar instrumentos contratuais.

21. Do controle e fiscalização da execução

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 161 e 168 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

A conformidade do material, da técnica ou do equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 110 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 183 e 184 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

22. Do recebimento e aceitação do objeto

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços, no termos abaixo.

No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento do serviço, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual referente à efetiva prestação dos serviços.

O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo ao gestor do contrato não receber definitivamente a última e /ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da Contratada cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

Passado os 5 (cinco) dias úteis a fiscalização deverá solicitar a comunicação do Gestor do Contrato para que a empresa emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços e da emissão da nota fiscal/fatura, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções; e

Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

23. Liquidação E Pagamentos À Contratada

O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

24. Das Sanções Administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, a Contratada que:

Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Falhar ou fraudar na execução do objeto;

Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Ebserh, previstos na Lei nº 12.846/2013;

Não manter a proposta;

Deixar de entregar a documentação exigida;

Apresentar documentação falsa.

Com fundamento no Art. 83 da Lei n. 13.303 de 2016, Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções graduadas conforme a gravidade da infração, após o prévio processo administrativo, garantidos a ampla defesa e o contraditório constitucionais:

Advertência - A ser aplicada pelo Contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização do Contratante;

Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, na seguinte forma:

0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos serviços entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor global da contratação, ou similar, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas.

15 % (quinze por cento) sobre o valor da contratação, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do objeto, ou similar, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, se a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, caso o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea “a” ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da Contratada.

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com a gravidade da falta.

As sanções previstas de advertência e suspensão temporária poderão ser aplicadas juntamente com a aplicação de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Atrasos cuja justificativa sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério desta, ser isentas total ou parcialmente da multa.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do objeto decorrente desta contratação:

- Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- Não mantiver a proposta;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As penalidades serão registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, a Contratada será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e demais cominações legais.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação são as previstas neste Termo.

25. Do reajuste

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

26. Da formalização do ajuste

As obrigações decorrentes deste procedimento serão formalizadas mediante emissão de nota de empenho em substituição ao termo contratual, conforme o art. 95 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

27. Da Forma De Seleção Do Fornecedor

Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação eletrônica, nos termos do art. 14 da IN SEGES/MP nº 5/2017 e do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016.

Os serviços contratos são definidos como não continuados nos termos do art. 16 da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observada a hipótese prevista no § 2º do art. 93 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

O regime de execução dos serviços será de Contratação por Tarefa na forma do art. 14, inciso III, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

Será adotado o sistema de registro de preços previsto no art. 27, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e no Decreto nº 11.462 /2023, por se tratar de serviços de contratações frequentes em regime de tarefa em que não é possível determinar o quantitativo exato que será contratado.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na forma eletrônica com critério de julgamento menor preço e modo de disputa aberto.

A seleção do fornecedor não será destinada de forma exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte devido a não existirem microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regional e localmente nos termos do art. 49, inciso II e III, da Lei Complementar nº 123/ 2006.

28. Da Pesquisa De Preços

Com a finalidade de averiguar o custo da contratação futura, e obter o valor estimado do procedimento licitatório, efetuou-se pesquisa de preços com base na Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH.

Os resultados da pesquisa de preços encontram-se consolidados no Relatório - SEI 74 (23137988).

Conforme previsto no art. 7, § 2º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e art. 34, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 a pesquisa de preços e o valor estimado desta consulta não serão considerados sigilosos.

29. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

29.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara que a futura contratação é viável e necessária para atender as necessidades do HUPES no atendimento aos usuário do sistema SUS e estudantes das demais áreas de saúde.

30. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOS ANTONIO DOREA MACHADO

Físico Médico

FABIO ALVES COUTINHO

Engenheiro Clínico

SYMONE LEITE GADELHA

Analista Administrativo de Contabilidade/HUPES

EMERSON PORTUGAL LEO DE ALMEIDA

Assistente Administrativo



Assinou eletronicamente em 04/12/2025 às 17:55:03.